

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAIS GOMES S. DE JESUS

**PEDAGOGOS TRABALHANDO EM HOSPITAIS:
DOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS PARA AS
ENFERMARIAS PEDIÁTRICAS**

Salvador
2009

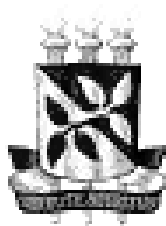
THAIS GOMES S. DE JESUS

**PEDAGOGOS TRABALHANDO EM HOSPITAIS:
DOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS PARA AS
ENFERMIARIAS PEDIÁTRICAS**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão do Curso de Pedagogia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Alessandra Santana Soares e Barros.

Salvador
2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAIS GOMES S. DE JESUS

**PEDAGOGOS TRABALHANDO EM HOSPITAIS:
DOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS PARA AS
ENFERMARIAS PEDIÁTRICAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Bueno Fartes (FACED/UFBA)

Prof.^a Dr.^a Uilma Rodrigues de Matos Amazonas (FACED/UFBA)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Santana Soares e Barros (Orientadora – FACED/UFBA)

Aos meus pais Péricles e Esther - que tinham como objetivo a minha educação - que me deram a vida com amor, dedicação e compreensão em todos os momentos desta e de outras caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada seria possível e não estaria aqui desfrutando deste momento, que me é tão importante.

Aos meus pais, Péricles Alves e Esther Gomes, que compartilharam comigo os momentos de tristeza e também de alegrias, nesta etapa que, com a graça de Deus, está sendo vencida.

A minha irmã, Thábata, pelos momentos de apoio, pelas palavras, pela amizade, amor e credibilidade.

Ao meu noivo, Fernando, pelo apoio, o amor, a ajuda na reta final do trabalho, a amizade e a credibilidade.

Agradeço a coordenadora do curso, Maria Couto e, a minha colega Rosane pela atenção e ajuda.

Às minhas amigas Cléa, Débora, Dora, Taiane, Evelyn e Bete que me acompanharam durante esta jornada.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho consiga atingir aos objetivos propostos.

E a minha orientadora, Alessandra Barros, por orientar-me, ajudar-me e abraçar o meu trabalho.

Foi o tempo que perdeste com a tua rosa,
que fez a tua rosa tão importante.

Antoine de Saint Exupéry

JESUS, Thais Gomes Santos de. **Pedagogos trabalhando em hospitais:** dos setores de recursos humanos dos hospitais para as enfermarias pediátricas. Junho de 2009, 66p.. Graduação - Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo evidenciar, quantitativamente, a existência do ambiente hospitalar como um espaço de atenção profissional para o pedagogo que se situa em espaços não escolares. Visa, com isso, propiciar aos pedagogos a compreensão de sua capacidade profissional e estimular-lhes o desenvolvimento de competências em ambientes que vão além das unidades escolares formais. Visa ainda, colocar em evidência, as possibilidades de sua atuação e a empregabilidade de sua profissão. Através dos resultados obtidos, durante a pesquisa, foi verificado que o espaço que estes profissionais estão atuando nos hospitais está para além dos setores de recursos humanos: situa-se hoje nas enfermarias pediátricas. Todavia, os achados apontaram para uma expressiva simplificação no modo de designar as categorias de profissionais do campo educacional, que atuam em hospitais. Primeiramente, estes não deveriam ser restringidos à denominação apenas pedagogos, uma vez que é grande a presença de professores licenciados também. Por fim, encontrou-se ainda, por parte do Sistema Único de Saúde e da Classificação Brasileira de Ocupações, um certo equívoco no modo de enquadrar as especialidades dos pedagogos hospitalares, posto que a maioria destes profissionais que trabalham em hospitais está classificada com sendo especialistas em deficiências mental ou sensorial.

Palavras-Chave: Educação em Espaços Não-Escolares. Escolarização em Hospitais. Educação Profissional.

JESUS, Thais Gomes Santos de. **Educators working in hospitals:** the areas of human resources for the hospitals' pediatric wards. June 2009, 66p .. Graduation - School of Education. Federal University of Bahia.

ABSTRACT

This study aimed to show, quantitatively, the existence of the hospital environment as an area of focus for the professional educator who is not in school spaces. Aims, with it, to give teachers an understanding of their professional capabilities and encourage them to develop skills in environments that go beyond the formal school units. Aims also to highlight the possibilities of its performance and employability of their profession. The results obtained during the research, found that the spaces where there are professionals working in hospitals are beyond the areas of human resources: are located today in pediatric wards. However, the findings pointed to a significant amplification in the way of designating the categories of professionals in the educational field, who work in hospitals. They should not only be restricted to the name pedagogues once there is a high presence of teachers as well. Finally, there is still, by the Unified Health System and the Brazilian Classification of Occupations, a certain ambiguity in the way of call the specialties of hospital educators, since most of these professionals working in hospitals is classified as being specialists in mental or sensory disabilities.

Keywords: Hospital schools. Education of children with medical needs. Professional Education.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Hospitais com Escolas no Brasil por região 2008. 41
- Figura 2 - Taxa (%) de pedagogos e profissionais das áreas afins em dez grandes cidades do Brasil. 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Salvador 2009.	44
Tabela 2 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Curitiba 2009.	45
Tabela 3 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, no Rio de Janeiro 2009.	46
Tabela 4 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Porto Alegre 2009.	47
Tabela 5 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Uberlândia 2009.	48
Tabela 6 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Brasília 2009.	49
Tabela 7 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Rio Branco 2009.	50
Tabela 8 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Belém 2009.	51
Tabela 9 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Fortaleza 2009.	52
Tabela 10 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Cuiabá 2009.	53
Tabela 11 -	Distribuição de pedagogos e professores licenciados, em hospitais, no Brasil 2009.	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
CPPHO	Centro Pediátrico Professor Hosanah de Oliveira
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
D. F.	Deficiência Física
D. M.	Deficiência Mental
E. I.	Educação Infantil
E. F.	Ensino Fundamental
E. M.	Ensino Médio
E. S.	Ensino Superior
FACED	Faculdade de Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
HUPES	Hospital Universitário Professor Edgar Santos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OGN	Organização não Governamental
SUS	Sistema único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	A PROFISSÃO DO PEDAGOGO E OS NOVOS ESPAÇOS DE TRABALHO	17
2.1	OS NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO.....	19
2.2	PEDAGOGIA EMPRESARIAL.....	20
2.3	UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS	22
2.4	NO BRASIL	23
	O QUE É GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EMPRESARIAL?.....	
3	HISTÓRICO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR	27
3.1	O QUE É CLASSE HOSPITALAR?.....	28
3.2	A LEGITIMIDADE DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA HOSPITALAR.....	34
4	OBJETIVO DA PESQUISA.....	36
5	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	37
5.1	TIPO DE ABORDAGEM DA PESQUISA.....	37
5.2	LOCAL	39
5.3	FONTES	39
5.4	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....	40
5.5	INSTRUMENTOS.....	42
5.6	PROCEDIMENTOS.....	42
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	43
6.1	SALVADOR	44
6.2	CURITIBA	45
6.3	RIO DE JANEIRO	46
6.4	PORTO ALEGRE	47
6.5	UBERLÂNDIA	48
6.6	BRASÍLIA	49
6.7	RIO BRANCO	50
6.8	BELÉM	51
6.9	FORTALEZA	52
6.10	CUIABÁ	53
6.11	DISTRIBUIÇÃO DE PEDAGOGOS E PROFESSORES LICENCIADOS POR CIDADES	54
6.12	ÍNDICE DE PEDAGOGOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	55
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS	62
	REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	65
	ANEXO.....	66

1 APRESENTAÇÃO

Objetivando evidenciar, quantitativamente, a existência do ambiente hospitalar como um espaço de atenção profissional para o pedagogo que se situa em espaços não escolares, este trabalho tem visa contribuir para a afirmação da profissão do pedagogo e para o reconhecimento formal de tantas outras áreas possíveis em que o pedagogo pode atuar, com o objetivo de se tornarem cada vez mais empregáveis.

Preocupado em conhecer outras formas de pensar e fazer educação, foi realizada uma pesquisa sobre os novos espaços de trabalho do pedagogo, nomeadamente nos ambientes hospitalares, nos quais quis se verificar, se estes profissionais ainda continuam com uma forte presença nos setores de recursos humanos ou se estão ingressando para as enfermarias pediátricas dos hospitais.

A pesquisa se vale, como referencial teórico, da visão de autores como Fonseca e Cecim, Mazzotta, Matos e Muggiatti, Vasconcelos, Gil, Cardoso, Libâneo, Rezende, Stori, além de referenciar-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Regulamentação da profissão do pedagogo, ao Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde entre outros fundamentos analíticos.

Patenteia-se que nos tempos de hoje, no Brasil, a escola já não mais se institui como exclusiva, nem mesmo como a mais verdadeira fonte de formação e informação, como já foi antigamente. A nova idéia de espaços de aprendizagem se estendeu, e foi além dos limites das instituições escolares formais. Passou a abranger, também, um vasto campo de instituições não-escolares como sindicatos, meios de comunicação, empresas, agências formativas para grupos sociais específicos e os movimentos sociais organizados, entre outros.

Entre essas práticas existem os processos de educação que ocorrem nos momentos de aquisição de saberes e modos de ação de modo não intencional e não institucionalizado, caracterizando a educação não formal. Segundo Libâneo (2005),

as realizações de práticas educativas não se limitam à escola ou à família. Elas acontecem em todos os contextos e campos de ação da existência individual e social humana, seja de caráter institucionalizado ou não, sob várias circunstâncias.

O currículo de ingressantes do curso de Pedagogia da Faced – UFBA aponta que, enquanto cidadão no mundo atual, do pedagogo são exigidos conhecimentos e capacidades gerais de saber pensar, escutar, aprender a aprender, lidar com a destreza e com as tecnologias contemporâneas. Ter a iniciativa para solucionar problemas e a aptidão para tomar decisões. Além de ser criativo e autônomo, tem que estar em sintonia com a realidade contemporânea, ter responsabilidade social e ser capaz de desfrutar esteticamente da literatura, das artes e da natureza, proporcionando o desenvolvimento desses mesmos conhecimentos e habilidades. Dando seqüência a esse pensamento, Libâneo (2000) considera que,

[...] a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. (LIBÂNEO 2000, p. 22).

Com efeito, a Pedagogia é capaz de ampliar horizontes e compreender a sociedade em seus fundamentos, pois relaciona a educação com todas as filosofias humanas diversificando e ampliando os conhecimentos em que se procura entender o que se passa com os métodos de aplicação de ensino. O seu objetivo principal é agir e trabalhar a relação ensino-aprendizagem.

Portanto a Pedagogia, de acordo com Libâneo (2005), serve para pesquisar a natureza, os propósitos e os processos imprescindíveis para as práticas educativas, tendo como o fim dispor a realização desses processos nos vários contextos em que essas práticas educativas ocorrem, áreas que se compõe, segundo esse entendimento, em um campo de conhecimento que contém objeto, problemáticas e métodos próprios de investigação, representando-se como “ciência da educação”.

Nessa compreensão, pedagogo é o profissional que trabalha em vários âmbitos da prática educativa, seja ela, indireta ou diretamente ligadas à organização

e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação. Com o princípio em objetivos de formação humana definidos em uma certa perspectiva.

Nessa linha de raciocínio as autoras Daniela Volpi, Juliana Volpi e Rausch (2003) apontam que além desses âmbitos, o pedagogo pode exercer suas atividades nos sistemas macro, intermediário ou micro de ensino (administradores, supervisores, gestores, planejadores de políticas educacionais, pesquisadores etc.); nas escolas como: professores, coordenadores pedagógicos, gestores, pesquisadores, formadores etc. e; nos âmbitos educativos não escolares (consultores, técnicos, orientadores que estão em atividades pedagógicas empresariais, órgãos públicos, movimentos sociais, formação profissional, recursos humanos etc.).

Assim, esta pesquisa teve como pano de fundo a colocação do pedagogo no mercado de trabalho. O que se pretende colocar em evidência é o largo leque de atuação do pedagogo e se este profissional, hoje, está trabalhando em hospitais e se de fato está em hospitais¹.

O primeiro capítulo contém a introdução e a justificativa da pesquisa realizada. O segundo capítulo se desdobra sobre a profissão do pedagogo e os novos espaços de atuação desse profissional, pois o pedagogo também se transforma estrategicamente com as modificações que a nossa sociedade sofre, e estabelece uma relação com a educação e com todas as filosofias humanas, ampliando e diversificando os conhecimentos. Fala, também, sobre a vasta possibilidade de atuação do pedagogo. Além de ressaltar sobre um breve histórico dos setores de Recursos Humanos Empresariais no Brasil, sobre a sua trajetória, acerca da natureza e funcionalidade dos departamentos de Recursos humanos e sobre a atuação do pedagogo na Pedagogia Empresarial, com ênfase no Pedagogo Empresarial Hospitalar, que está nos Setores de Recursos Humanos. Por fim, este capítulo coloca a profissão do pedagogo na área hospitalar como uma realidade dentre tantas outras possibilidades possíveis.

¹ A propósito, assinala-se desde já que, neste trabalho, o hospital será visto como uma empresa hospitalar, já que funciona como qualquer outra instituição que tem que cumprir horários, necessita de recursos, possui hierarquização etc.

No terceiro capítulo é feito um breve histórico da Pedagogia Hospitalar, baseado em alguns relatos, contemplando o que seja a classe hospitalar, que é uma modalidade da Educação Especial e Inclusiva por sua visão humanizadora. Ressalta também a importância da prática pedagógica nas classes hospitalares pediátricas, sobre o perfil e o papel deste profissional para atuar nas unidades hospitalares e a legitimidade da intervenção pedagógica hospitalar.

O quarto e o quinto capítulos falam sobre o objetivo e o método de pesquisa, salientando o que seja uma pesquisa documental, as suas diferenças e semelhanças com a pesquisa bibliográfica, destacando o tipo de abordagem empregado, o local, a fonte, os critérios de inclusão, os instrumentos e os procedimentos usados.

É apresentada no sexto capítulo a discussão dos resultados da pesquisa realizada em dez cidades do Brasil através do registro de banco de dados informatizado, no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) do DATASUS, que quantifica o número de quantos pedagogos e profissionais de educação que estão trabalhando em hospitais.

No sétimo e último capítulo são apresentadas as considerações finais e os principais resultados da pesquisa, usando como contraponto teórico a discussão sobre a regulamentação dos pedagogos e a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

2 A PROFISSÃO DO PEDAGOGO E OS NOVOS ESPAÇOS DE TRABALHO

O pedagogo é o profissional que atua na área da educação. Essa atividade existe desde a história do Homem: os mais velhos passavam os ensinamentos aos mais jovens. Como as tradições, a língua, a cultura e outras coisas. Com o passar dos anos, apareceram às primeiras fundações mais semelhantes com o que são as escolas de hoje em dia. Nas quais o ensino ocorre de uma forma mais ordenada e organizada.

As primeiras escolas, no Brasil, foram fundadas pelos jesuítas que vieram juntos com a chegada dos portugueses. A primeira atividade deles foi a de catequizar e tentar “educar” os índios conforme os costumes europeus. Entretanto, segundo Ramal (2002), na época atual, o conhecimento toma sobre si novas representações. Modifica-se permanentemente, se atualizando dia após dia pelas novidades das ciências e pela inteligência dos saberes em conjunto que, o ser humano, produz em função das novas tecnologias.

Ainda para Ramal (2002) a memória da humanidade já não está limitada às bibliotecas, estando em constante remodelação e reconstrução, pois o conhecimento não é inerte, está sempre em mudança e modificando a cada era. É nesse contexto, que a capacidade de administrar a informação se faz, muitas vezes, a competência mais preciosa.

É no bojo desse cenário que a ocupação do pedagogo também se altera e sua profissão transforma-se estrategicamente. Diferentemente de outras áreas, que deixam de possuir o seu espaço ou são restringidas pela especialização. Para o pedagogo, o espaço de atuação se abre num leque cada vez maior. Para o autor Carlos Libâneo (2005) entende-se por pedagogia uma das ciências que estudam a educação como uma prática e um fenômeno complexo e multidiferencial. Em seus próprios termos:

O curso de Pedagogia deve formar o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio-educativas de tipo formal e informal, decorrentes de novas realidades - novas tecnologias, novos fatores sociais, ampliação

das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento, preservação ambiental [...] (LIBÂNEO, 2005, p. 38).

Recentemente está em discussão pública a regulamentação da profissão do pedagogo e as controvérsias que há neste documento. A regulamentação, mesmo com algumas alterações feita anteriormente, tem-se surgido uma questão com mais frequência. A profissão do pedagogo não se resume apenas ao ambiente escolar. Empresas privadas e estatais têm solicitado a presença do pedagogo para o mercado de trabalho.

O lugar deste profissional cada vez mais pode ser outro não somente o da escola e o da Educação Infantil, mas o das ONGs, penitenciárias, assentamentos do MST, hospitais, empresas, etc. Segundo o Currículo do curso de pedagogia da FACED/UFBA (Faculdade de Educação/Universidade Federal da Bahia) diz que:

Na sociedade contemporânea a escola já não é mais a única, nem mesmo a mais legítima, fonte de formação e informação como já foi no passado. O novo conceito de espaços de aprendizagem se ampliou, ultrapassou os limites das instituições escolares formais, passou a incluir um largo espectro de instituições não-escolares (empresas, sindicatos, meios de comunicação etc.) e também os movimentos sociais organizados. O que, entretanto permanece como elemento definidor da atividade educativa é a ação docente. (FACED/UFBA, 2009).

Mesmo havendo a falta de valorização do educador pedagogo no mercado de trabalho que, acabam selecionando as profissões de mais prestígio, diante do cenário da crise da educação no país, fica mais difícil chamar a atenção do estudante que quer ingressar nessa carreira promissora. A Falta de estímulo à educação acaba reduzindo o número de estudantes no curso de Pedagogia.

Porém, desde a década de 80, a classe dos profissionais de educação tem travado batalhas e debates em torno da melhoria da categoria. A partir dos debates enfrentados podem-se perceber algumas melhorias obtidas. No artigo 67, da LDB/96, determina-se que os sistemas de ensino devem desenvolver a valorização desses profissionais através dos estatutos e planos de carreira.

Além de garantir o ingresso na carreira, estritamente por concurso público de provas e títulos, licenciamento remunerado para formação continuada, piso salarial

profissional, progressão funcional baseada em titulação ou habilitação e avaliação de desempenho, período reservado para estudos, sem mencionar das condições adequadas de trabalho.

Os mecanismos de valorização do profissional da educação também se encontram fixados na Lei nº 9.424/96, do artigo 1º, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF):

É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, [Lei nº 9.424/96, Art. 1] o Fundo de Manutenção Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual terá natureza contábil e será implantado, automaticamente, a partir de 1º de janeiro de 1998. (FUNDEF, 1996, p1).

Essas são algumas das políticas de valorização do profissional da educação, encontradas, que vêm sendo implementadas desde a Constituição Federal de 1988.

2.1 OS NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

Como já vimos anteriormente, o novo pedagogo é um profissional apto a desempenhar, além das funções de docência, coordenação pedagógica, supervisão, orientação educacional, orientação profissional, administração, gerência, consultoria, assessoramento, recursos humanos, inspeção, pesquisa, planejamento, avaliação em sistemas educacionais, redes escolares, unidades escolares públicas e privadas, empresas, programas, projetos e outras instituições ou situações em que se executem atividades de ensino-aprendizagem.

A Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, seguindo a direção de encaminhamentos feitos por algumas grandes universidades e também pelo Grupo de Trabalho Pedagogia do V Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores - acontecido em Águas de São Pedro, em novembro de 1998 – convocou as atuais funções do curso e abriu também a possibilidade de atuação do pedagogo em áreas emergentes do campo educacional. Assim foi definido o perfil comum do pedagogo:

Profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissionais. (COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE PEDAGOGIA, 1999, p.1).

O licenciado em pedagogia pode ser professor da primeira fase da educação básica, trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais, alfabetização de adultos e em educação popular. Também na escola, além da atividade de docência, dá-se foco a três das funções do pedagogo: - *administração escolar, supervisão e orientação pedagógica*.

O **pedagogo-administrador** escolar gerencia e supervisiona o sistema de ensino e cabe a, este profissional, elaborar as políticas educacionais dentro de um contexto sócio-político-cultural. E propor condições adequadas, materiais e ambientais, para a formação dos alunos.

O **pedagogo supervisor**, na escola, é auxiliar do corpo docente. Visa aperfeiçoar o desempenho deste no uso dos recursos didáticos, na metodologia de transmissão do conteúdo, e por fim, propor o tipo de avaliação que ofereça resultados mais significativos ao desenvolvimento dos educando.

A função do **pedagogo-orientador** é de auxiliar o aluno e toda a equipe que está integrada no processo ensino-aprendizagem (professores, familiares e a sociedade), além de desenvolver alternativas, com foco na redução da evasão escolar e no acesso de todos à escola, tornando-a igualitária e democrática.

2.2 PEDAGOGIA EMPRESARIAL

No campo das empresas, a tarefa do pedagogo é decisiva. Marinho e Camargo (2008) ressaltam que este profissional colabora não só nos processos de capacitação em serviço, como também na avaliação permanente que permita diagnosticar as novas necessidades em função de cada contexto e os meios para gerá-las mais rapidamente nos grupos de trabalho. Essas autoras ainda afirmam que, o ambiente organizacional dos tempos atuais requer um profissional pensante,

capaz de criar, ativo, analítico, com capacidade para resolver problemas e tomar de decisões, aptidão de trabalho em equipe e está em total contato com a velocidade de alteração e flexibilização da contemporaneidade.

É neste espaço que aparece a figura do Pedagogo Empresarial. Cada vez mais empresas vêem com mais importância a educação no âmbito do trabalho e começam a descobrir o prestígio da ação educativa do pedagogo nas empresas. Por isso, a pedagogia conta com o auxílio do pedagogo empresarial nas empresas, pois este visa melhorar a excelência do préstimo de serviços.

De acordo, com Quirino e Laudares (2006), os espaços de atuação mais atuantes do pedagogo, na área empresarial, são os setores de recursos humanos. Que tem como exercício o treinamento e desenvolvimento, programas de formação profissional, especialização de mão-de-obra. Além da prestação na área de consultorias internas e externas como a elaboração de projetos educacionais, orientação para o desenvolvimento gerencial, educação continuada.

Boldrin (2000) conceitua como pedagogo empresarial aquele que desempenha os processos de ensino-aprendizagem no contexto das organizações de qualquer ramo ou dimensão, no setor público ou privado, tratando do aspecto educativo das ações ligadas ao progresso do trabalhador nas empresas.

Para Marinho e Camargo (2008), o foco do Pedagogo Empresarial é conduzir qualificação e capacitação aos empregados de empresas e organizações de forma diferenciada. Logo, agora a função do pedagogo, é de facilitador e autor provocador de mudanças de mentalidade e cultura. Transformando o funcionário cada vez mais dinâmico, criativo, polivalente, flexível e apto a tomadas de decisões rápidas e de qualidade.

É dentro desse contexto que o pedagogo, a todo o momento, no seu trabalho, faz uso da motivação, tornando esta uma das suas melhores estratégias. O empregado, ao estar motivado, tem propensão a crescer, o que lhe torna possíveis capacidades reais de prazer. Com isso aparece como resultado uma maior produção

não só no trabalho, mas também na sua vida pessoal, o que favorece a empresa, porque gera uma maior produtividade trazendo como consequência bons lucros.

Conforme Marinho e Camargo (2008), é neste novo espaço de trabalho que o pedagogo tem como desafio a articulação e o gerenciamento dos conhecimentos unidos a ações educacionais, de encontro com as exigências e mudanças incessantes do mercado de trabalho, aliando com os interesses do empregador e do empregado. Sendo, portanto, um profissional facilitador ou mediador dos conhecimentos na questão da formação e gestão de pessoas.

Cabe ao pedagogo empresarial excitar mudanças comportamentais nas pessoas envolvidas para favorecer os dois lados: o funcionário motivado e com os conhecimentos necessários, que é aquele que se sente melhor e produz mais; por seu lado, a empresa que permanece com empregados qualificados alcança melhores resultados e maior lucratividades. O pedagogo desempenha, portanto, um importante papel dentro das organizações e empresas, articulando as necessidades lado a lado da gestão de conhecimentos.

São por esses motivos que o pedagogo e a empresa fazem uma ótima união, porque nos tempos contemporâneos os dois têm o mesmo objetivo: formar cidadãos críticos, com capacidade para tal função. Observa-se que o pedagogo atuante nas organizações e empresas desenvolve atividades de condução, orientação e operacionalização da educação do funcionário.

2.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS NO BRASIL

A história dos setores de Recursos Humanos (RH) no Brasil, de acordo com Tegen² (2007), deu-se junto à legislação trabalhista na década de 1930, com o movimento sindical e a proteção aos trabalhadores que conduziram às modificações

² Cezar Antonio Tegen, graduado em Estudos Sociais, Administração de Empresas e Direito. É diretor-presidente do portal Elancers. Com experiência de 20 anos na área de RH, é pioneiro no Brasil em construção e implementação de soluções informatizadas para RH.

mais expressivas nas relações de trabalho no Brasil. Nesse momento surgiu a proteção social aos trabalhadores.

Ainda segundo Tegen (2007), a intervenção governamental nas relações trabalhistas se acentuou nas décadas de 40 e 50. A partir daí foi manifestado às empresas a necessidade de ampliação das funções do Departamento de RH. Em 1943, teve como marco essencial nas relações de trabalho, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que é legislação reguladora do trabalho no Brasil.

Tegen (2007) aborda que foi com esta legislação foi criado a Carteira Profissional, que determinou os horários de trabalho, decidiu as férias remuneradas, estabeleceu as Comissões Mistas nas Juntas de Conciliação, definiu as condições de trabalho para menores, entre outras normas.

Já as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela promulgação de leis de Segurança no Trabalho, Saúde Ocupacional e Pensões.

Com a incessante criação de leis reguladoras, por parte do Estado, e a necessidade das empresas executarem e administrarem estas leis, os Departamentos de Recursos Humanos se tornaram cada vez mais valorizados dentro das empresas.

2.4 O QUE É GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EMPRESARIAL?

Gestão de recursos humanos é uma atividade realizada pelo setor de recursos humanos com o propósito de selecionar, gerir e direcionar os empregados ou colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa.

O perfil do pedagogo nas empresas é o desenvolvimento humano. A especificidade do pedagogo dentro da empresa é a transposição didática. É levar a

prática da educação para dentro do setor empresarial, mas adaptando essa prática a realidade da empresa.

Ao ler Marinho e Camargo (2008), no âmbito da gestão organizacional, denomina-se recursos humanos o grupo dos empregados ou dos colaboradores de uma "organização". Na Gestão de Recursos Humanos freqüente é referida à função que ocupa para adquirir, desenvolver, usar e reter os empregados da organização. Estas tarefas podem ser executadas por uma pessoa ou um departamento, profissionais em recursos humanos, junto dos diretores da organização.

Com isso fica claro para, D. Volpi (2007); J. Volpi (2007) e Rausch (2007) que, o pedagogo na empresa pode ajudar a desenvolver competências, estimulando os profissionais por meio de dinâmicas de grupo, oferta de seminários, promoção de reuniões, participação de palestras e uso de veículos internos de comunicação. Com o aumento da existência do pedagogo nas organizações empresariais verifica a possibilidade de sua atuação em novas áreas de trabalho.

O objetivo fundamental que distingue a função dos departamentos de Recursos Humanos, com estas tarefas, é unir as políticas de RH com a "estratégia" da organização. Essa união se destinará para implantar a estratégia através dos trabalhadores.

As funções que o pedagogo desempenha em uma empresa não são diferentes dos pedagogos que atuam na área hospitalar, uma vez que o hospital também pode ser visto com uma empresa: um conjunto organizado de meios com vista a exercer uma atividade pública, particular ou mista que produz e oferece bens e/ou serviços, com o objetivo de atender a alguma necessidade humana.

Segundo entrevista concedida pelo site da Revista Diversa, da Universidade Federal de Minas Gerais, o pedagogo David Bonfin³ (2005) assinala que:

³ David Ferreira Bomfin – Pedagogo; Mestre e Doutor em Educação com ênfase em aprendizagem organizacional pela University of Wisconsin; Professor do Mestrado Profissional em Administração da FEAD.

O pedagogo é aquele que, a partir de um diagnóstico, identifica necessidades e falhas no processo de ensino-aprendizagem; indica metodologias adequadas à situação de cada local; e aponta se, por exemplo, as ações devem ser voltadas para o grupo, para o indivíduo, ou mesmo envolver parceiros externos. Onde houver processo de aprendizagem, o pedagogo tem com o quê contribuir. (BOMFIN, 2005, p.1).

Bomfin (2005) ainda argumenta em sua entrevista que o pedagogo ao entrar em um hospital tem que ser capaz de indicar os problemas que causam dificuldades nos mais diversos processos de aprendizagem naquele determinado lugar. Além de ter a capacidade de elaborar estratégias e ferramentas para a resolução dos impasses. Bomfin afirma que “[...] o pedagogo não tem que se preocupar com o tipo de instituição e sim com habilidades próprias da Pedagogia para atuar em qualquer instituição”. (BOMFIN, 2005, p.1).

O pedagogo, quando trabalha em uma empresa, foca ou nos funcionários ou no produto da empresa. Nos hospitais o produto da empresa é a saúde das pessoas. O pedagogo empresarial, nos hospitais, atua, em geral, na área meio: área essa responsável pela estrutura da empresa, manutenção, treinamento e recrutamento (que é o caso dos setores de recursos humanos), a administração de recursos, gestão etc. Todavia, observa-se que o pedagogo pode atuar também na área fim: aquela voltada à assistência ao cuidado e ao tratamento dos pacientes diretamente.

Amaral (2002) aborda que, em países ditos democráticos, cujo envolvimento popular na solução dos problemas aumentam, o papel do pedagogo também é resoluto. De um lado, na formação de líderes comunitários que adquiram instrução para desempenhar o poder como serviço. E fazer nascer, o comprometimento político da participação e da mudança, em cada cidadão. Ao mesmo tempo em que, se manifestam as infinitudes de ações, a partir desses espaços.

Como, por exemplo, na área de saúde com a grande quantidade de voluntários que, comprometidos com a comunidade, cooperam em movimentos de conscientização sobre a precaução e prevenção de doenças e epidemias. A tarefa do pedagogo, nesse contexto, é de habilitar estes grupos para ampliarem seu trabalho de uma forma mais didática e adequada para a linguagem e às necessidades das populações que pretendem alcançar.

A profissão dos pedagogos na área hospitalar, para além dos Setores de Recursos Humanos, já é uma realidade. A pedagogia hospitalar vem como mais um novo espaço de atuação para o pedagogo. Atualmente, a Pedagogia Hospitalar como processo pedagógico é uma realidade no vasto leque de atuação do pedagogo na sociedade contemporânea.

Por tanto, é necessário que, este profissional conheça a realidade do dia-a-dia do professor no ambiente hospitalar escolar e não apenas a parte burocrática.

A prática pedagógica não deve se limitar apenas às escolas, mas a todas as práticas e espaços educativos de uma sociedade, além de possibilitar a ação educacional com fins educativos, em vista a um projeto de formação de sociedade. Segundo Cavagnari (2003) o pedagogo é aquele que estuda a fundo o fenômeno educativo e que na visão dialética é o articulador e criador de novas práticas sociais e culturais.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se dizer que a Pedagogia é aquela que estabelece uma relação com a educação e com todas as filosofias humanas diversificando e ampliando os conhecimentos. O pedagogo tem uma importante missão, que empregar todo o seu trabalho a valores humanistas, embora esta não seja um dos privilégios do pedagogo, será decisiva a sua ação no plano de uma educação para a ética, para que possa colaborar na formação de pessoas comprometidas com a promoção da dignidade humana e o bem-estar Comunitário e social.

3 HISTÓRICO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

A Classe Hospitalar ou Escola Hospitalar existe, com caráter de instituição, há mais de 50 anos. A época de pós-guerra na Europa abriu um grande precedente para a sua institucionalização. Com efeito, Fonseca e Ceccim (1999) mencionam que foi no início da segunda metade do século XX que se verificou, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que os asilos, instituições e orfanatos que assistiam crianças não honravam com alguns aspectos básicos do desenvolvimento emocional, e não tinham um atendimento satisfatório. A partir daí se chegou à conclusão que essas faltas na assistência infantil podiam trazer conseqüências que, na fase adulta, possibilitariam para a evolução de doenças psiquiátricas. Então, apareceu a idéia de se executar experiências educativas para crianças e jovens hospitalizados em unidades hospitalares. Com o passar dos anos, essa atividade também foi implementada em hospitais brasileiros, com o mesmo propósito.

No Brasil no ano de 1600, tomando o atendimento educacional específico para as pessoas com necessidades especiais, a história de experiências educacionais se iniciou com o atendimento escolar à pessoa com deficiência física. Em Mazzotta apud Caiado (2003, p. 73) houve a referência de uma pesquisa, de arquivos, feita numa instituição de saúde em que foram verificados relatórios anuais do movimento escolar de alunos com deficiência física que datam de 1931. Em uma pesquisa feita em hospitais brasileiros, Fonseca (1999) constatou que as classes hospitalares que avisaram sobre o ano de início de suas atividades eram oriundas da região Sudeste.

As Classes hospitalares que exercem suas atividades há mais tempo, surgiram no município do Rio de Janeiro nos anos de 1950 e 1953. Onde há a classe hospitalar do Hospital Municipal de Jesus, hospital público infantil. Essa é a classe hospitalar mais antiga do país em funcionamento. Em 14 de agosto de 1950 as suas atividades foram inauguradas oficialmente.

O Paraná, em 1988, através da Secretaria de Estado da Educação e em parceria com a Associação Hospitalar de Proteção a Infância Raul Carneiro

(mantenedora dos Hospitais Pequeno Príncipe e Cezar Pernetta, em Curitiba), assina um convênio colocando em disposição duas docentes da rede estadual de ensino para assistir as crianças hospitalizadas.

Muggiati (1988), assistente social do mencionado hospital na época, faz um comentário em uma entrevista consentida ao jornal Folha de Londrina, de que “antes deste convênio a criança doente rompia o tratamento para ir à escola, ou evadia-se da escola para fazer o tratamento.” (MUGGIATI, 1988, p. 8).

Logo, a Classe Hospitalar pode reduzir a evasão escolar, já que o atendimento escolar hospitalar tem como um dos seus objetivos reintegrar a criança a sua escola de origem ou enviá-la para a matrícula depois da sua alta.

3.1 O QUE É CLASSE HOSPITALAR?

A Classe Hospitalar vem ganhando maiores proporções em todo Brasil. O que muitos hospitais têm demonstrado e evidenciado em suas práticas é que não é só o corpo que deve ser “olhado”, mas o ser por completo, suas necessidades sociais, físicas e psíquicas, enfim, que é necessário colocar em prática uma visão humanizadora.

Esta é uma modalidade da Educação Especial e da Educação Inclusiva, pois busca entender e dar atenção as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Os assuntos que se pretendem ensinar na classe hospitalar são os mesmos da classe regular, além de ser uma classe multiseriada. Entretanto, é muito difícil, pois o tempo e as condições não são as mesmas da classe regular. A rotatividade de pacientes-alunos também é umas das grandes dificuldades encontradas pelos professores.

As crianças hospitalizadas são merecedoras de uma atenção especial, não só pelo fato de estarem internadas, mas também devido aos efeitos que o processo de tratamento provoca, pois a hospitalização pode afligir o desenvolvimento da criança comprometendo sua qualidade de vida, porque o hospital é um ambiente cheio de emoções. A doença afasta a mesma do seu ambiente, estacionando-a social e intelectualmente. A criança hospitalizada também tem interesses, sonhos, desejos e direitos à cidadania como qualquer outro indivíduo da sua idade.

Além do fato de estar distante do seu ambiente escolar e familiar, de estar doente e ser diferente de seus colegas de escola, aparece repentinamente uma queda da auto-estima. Essas crianças sofrem pela doença, pelo afastamento do ambiente familiar e dos amigos e de seu ambiente social, a escola. Com isso, fica evidente que a criança precisa de uma internação hospitalar, sendo de grande importância uma atenção especial as suas necessidades psíquicas e cognitivas.

À criança afligida pela doença e pela sensação de abandono no ambiente hospitalar, a cura se torna custosa e o tratamento prolongado. Gonçalves (2001, p.1) coloca a Classe Hospitalar como uma das mudanças causadas pelo processo de humanização dos hospitais, pois este processo tem como objetivo “tornar o ambiente hospitalar menos aversivo e frio”.

Logo, a inserção do ambiente hospitalar, no período de internação, é um fator importante para a recuperação da saúde da criança, já que reduz a ansiedade e o medo provido pelo processo da doença.

Segundo Gorayeb (2002, p. 9), “não é a separação em si que causa danos às crianças, mas o que ela representa em termos de ausência de condições favorecedoras ao seu desenvolvimento”. Vasconcelos (2006) também destaca a importância da intervenção pedagógica quando diz:

Dentre os objetivos da Classe Hospitalar está a possibilidade de compensar faltas e devolver um pouco de normalidade à maneira de viver da criança. O professor hospitalar será o tutor global da criança para que ela possa ser tratada de seu problema de doença, sem esquecer as necessidades pessoais. A intervenção faz com que a criança mantenha rastros que a ajudem a recuperar seu caminho e garantir o reconhecimento de sua

identidade. O contato com sua escolarização faz do hospital uma agência educacional para a criança hospitalizada desenvolver atividades que a ajudem a construir um percurso cognitivo, emocional e social para manter uma ligação com a vida familiar e social e a realidade no hospital. (VASCONCELOS, 2006, p.2).

A intervenção pedagógica já é uma realidade no ambiente hospitalar. Devido ao auxílio de grupos voluntários, algumas instituições e universidades preocupadas com o afastamento das crianças, na escola, devido à hospitalização. A Pedagogia Hospitalar vem como uma nova vertente de trabalho para o pedagogo, uma área promissora dentro do ambiente hospitalar.

De acordo com Matos (2004), essa nova modalidade profissional é um grande estímulo e tem dado efeitos positivos nos hospitais em que esses projetos existem. Além de abrir espaço para mais uma possibilidade profissional. É uma nova realidade inter/multi/transdisciplinar, pois inclui saberes em prol da vida.

A importância da prática pedagógica do professor da classe hospitalar é o acompanhamento escolar junto com a escola de origem; ajudar na redução do tempo de internação das crianças hospitalizadas de forma a resgatar a auto-estima das mesmas para que possa amenizar o sofrimento causado pela internação; contribuir para que as crianças e suas famílias mantenham o elo com o mundo que ficou fora do hospital na medida em que eles possam participar e aprender independente de suas dificuldades.

Além de proporcionar às crianças hospitalizadas uma interação social e melhor qualidade de vida, preservando sua integridade física e emocional respeitando seus limites dentro do quadro clínico; oferecer os estímulos que necessitam para retornarem às suas escolas de origem, visando à continuidade de suas atividades e promover o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos pacientes dentro de uma visão humanística hospitalar para que possa elevar o potencial destas.

É de suma importância assegurar ao enfermo uma boa recuperação e uma boa qualidade de vida. Porque o indivíduo que recebe calor humano, carinho, atenção e afeto podem vir a se recuperar mais rápido. Os pedagogos, dentro dos

hospitais, só trazem benefícios. Com o seu trabalho, pedagógico, diminui a ansiedade dos pacientes e dos familiares interagindo sempre com eles. Tornado o ambiente hospitalar mais acolhedor e harmonioso.

As intervenções pedagógicas em ambiente hospitalar são fatores importantes na recuperação de crianças enfermas, pois conseguem fazê-las se esquecer um pouco da sua situação em que estão e passam a ter uma visão diferente do hospital. Essa nova capacidade, da pedagogia, pode promover uma aceitação maior do enfermo ao hospital minimizando a sua ansiedade.

Por isso é essencial proporcionar ao doente educando uma recuperação mais harmoniosa e uma proposta voltada para o lúdico, que facilite a adaptação de suas necessidades no ambiente hospitalar, levando para o contexto hospitalar novas possibilidades de se conviver neste ambiente, como a fantasia, o encantamento, a imaginação. Tornando o hospital um ambiente mais humanizador, junto com a equipe hospitalar, a família, a escola e as propostas pedagógicas, trazendo, para a criança ou jovem enfermo, mais alegria e vitalidade, que são auxílios à cura. Converte-e, destarte, a medicina numa nova medicina, em que as equipes de multiprofissionais se tornem também atores desta cena.

O Programa Classe Hospitalar propõe reduzir tais efeitos negativos do processo de internação, além de ter uma função pedagógica por tornar maiores as chances de reintegração da criança na volta ao seu ambiente familiar e escolar.

O papel do pedagogo é o de problematizador da prática educativa, o de investigador sistemático e o do que busca o melhor encaminhamento de um processo coletivo. O professor, ao dar uma aula, realiza a prática educativa. Já o pedagogo, realiza uma prática pedagógica, portanto busca solucionar problemas e melhorar o ensino. Porém o principal papel deste profissional hospitalar não se reduz apenas em recuperar a escolaridade da criança/adolescente enferma, mas sim, em transformar a realidade hospitalar e a realidade do escolar hospitalizado, fazendo com que essas duas realidades se relacionem e se completem cada vez mais. Portanto, segundo Cardoso (1995):

Educar significa utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam simultaneamente a razão, a sensação, o sentimento, a intuição, que estimulam a integração intercultural e a visão planetária das coisas, em nome da paz e da unidade do mundo. (CARDOSO, 1995, P.48).

O perfil pedagógico educacional do professor da classe hospitalar segundo Fonseca (2003) deve ser adequado à realidade hospitalar na qual atua e, colocar sempre em evidência as potencialidades do aluno, motivando e facilitando a inclusão da criança no ambiente escolar hospitalar.

Os profissionais para trabalhar nessa área precisam conhecer bem a rotina hospitalar, como por exemplo, saber a medicação que a criança está usando, a doença, o corpo humano etc. Fonseca (2003, p. 25) também acrescenta que o “professor está lá para estimulá-las através do uso de seu conhecimento das necessidades curriculares de cada criança”.

Para que haja condições favoráveis para o alcance de um nível de saúde da recuperação da criança hospitalizada de forma participativa e totalizante é necessário que o profissional tenha empatia, seja educado e gentil, que tenha sensibilidade e preparo crítico da criatividade. Também é necessário saber ouvir o paciente-aluno, estar atento ao tom da voz, à mímica facial, aos gestos e às conexões entre as pessoas, buscando ter a participação de todos os envolvidos, ou seja, crianças, familiares e equipes atuantes.

O profissional que trabalhar nessa área tem que conhecer bem a rotina hospitalar. Como o perfil da doença, a idade e a quantidade de crianças internadas, através do mapa, gráficos, prontuários, médicos ou enfermeiros. Assim, com o auxílio dessas informações, o pedagogo saberá antecipadamente do perfil dos alunos-pacientes e terá como adaptar o plano de trabalho para cada um deles. E é necessário que se haja flexibilidade dos conteúdos escolares e espontaneidade no desempenho das equipes atuantes, conforme Matos (2004):

É necessário flexibilizar e agilizar dos conteúdos do currículo escolar para que se adaptem ao estado da criança ou jovem que se encontra internado no hospital ou que esteja em tratamento. Desta maneira, a escola estará exercendo seu real papel social em contexto diferenciado, levando o conhecimento a quem está debilitado e aumentando suas esperanças e expectativas em se tornar o cidadão do amanhã. (MATOS, 2004, p. 3).

A presença de um profissional da educação junto aos profissionais da saúde e ao ambiente hospitalar é de grande importância. Juntos, estes podem desenvolver ações que possam seduzir a criança que está hospitalizada de uma forma mais harmoniosa e humana. Visto que a vida com saúde é o maior patrimônio que cada um de nós tem. Enquanto isso, está em risco, e toda ação em proveito de sua recuperação é bem-vinda.

Os psicólogos são favoráveis ao trabalho de pedagogos em hospitais, no sentido de enriquecer o atendimento global do paciente, estimulando a socialização, humanizando o ambiente hospitalar e aproximando pacientes de sua rotina, não interrompendo assim o processo de aprendizagem. (GIL, 2001, p. 103).

É indispensável que se tenham profissionais preparados para atender a essa educação hospitalizada, e, para que isso aconteça, torna-se importante que as instituições de ensino superior, como os cursos de Pedagogia e Formação de Professores, considerem com atenção suas propostas e incluam esta temática de atendimento a educandos em contexto hospitalar, porque muitas crianças ficam doentes todos os dias e às vezes precisam ficar um bom tempo internados.

O pedagogo, com seu conhecimento didático, metodológico, lúdico e recreativo, podem completar seus saberes a outros saberes que já estão neste contexto e, assim, desenvolver novos olhares em ambiente hospitalar.

Muito há pela frente, considerando suas novas vertentes que aí estão para se associarem aos primeiros esforços que, certamente, servirão de base para uma edificação sólida, com a consistente participação de todos, em prol daquelas crianças e adolescentes que têm direito à saúde, mas também têm direito de se educar. Essa polêmica realidade, de ordem política, social, psicológica e educacional, com imensuráveis dimensões, veio, assim, se constituir em incontestes argumentos à necessidade de se buscarem alternativas de complementação e aprimoramento científico. A Pedagogia Hospitalar representa a segura resposta ao desafio que se instalou. (MATOS; MUGGIATI, 2001, p. 83).

A Pedagogia Hospitalar é uma grande conquista, porque enfoca um trabalho de parceria entre educadores e profissionais da saúde que, juntos, podem vir a proporcionar ao doente educando uma recuperação mais aliviada e uma proposta com um olhar voltado para o lúdico, que facilita a adaptação de suas necessidades em ambiente hospitalar.

Esta modalidade de ensino retrata o direito e o respeito ao cidadão que, mesmo em condições especiais de saúde que requeiram hospitalização, possam dar continuidade aos seus estudos e reduzir os impactos causados pela internação.

3.2 A LEGITIMIDADE DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA HOSPITALAR

No Brasil, a legislação reconheceu por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizado, através da Resolução nº 41 de outubro de 1995, no item 9, o “Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar”.

O direito ao atendimento escolar regular e diferenciado está previsto nos artigos 5º e 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); na Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação; e na Resolução nº 41/1995 do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A legislação brasileira reconhece o direito de crianças e adolescentes hospitalizados ao atendimento pedagógico-educacional. Nesse caso, merece destaque a formulação da Política Nacional de Educação Especial, em que é proposto que a educação em hospital seja realizada através da organização de classes hospitalares.

Devendo assegurar oferta educacional não só aos pequenos pacientes com transtornos do desenvolvimento, mas, também, às crianças e adolescentes em situações de risco, como é o caso da internação hospitalar. Porém, na prática, nem todas as crianças usufruem desse direito em virtude do número de hospitais que fazem esse tipo de atendimento.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, deu-se início a formalização do funcionamento das classes hospitalares, em que foi determinado para os governos “garantir atendimento educacional especializado

gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.” (Inciso III do art. 4º da LDBEN, 1996, p.2).

O Conselho Nacional de Educação, em 2001, falou sobre a obrigatoriedade do sistema e empregou o termo “classe hospitalar” pela primeira vez (CNE, art. 13º, Resolução nº 2, § 1). Com apoio nestas regras ficou determinado o seguinte:

Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. (CNE, art. 13º, 2001, p.5).

Com isto, a Secretaria de Educação Especial do MEC organizou em 2002 procedimentos, para servir de regras, que especifica o trabalho do professor dentro das unidades de saúde.

Contudo, mesmo essa profissão sendo legítima e importante para a promoção de uma melhor qualidade de vida das crianças hospitalizadas, para a aprendizagem e para o retorno à escola de origem, o que se percebe é que ainda são muito poucos os pedagogos atuantes nessa área.

4 OBJETIVO DA PESQUISA

Essa pesquisa teve como objetivo evidenciar que o lugar do pedagogo cada vez mais pode ser outro, não somente o da escola ou o da educação infantil, mas também o das ONG's, penitenciárias, assentamentos do MST, empresas e, especialmente, os hospitais, entre outros ambientes. Assim, este trabalho se refere à atuação do pedagogo em espaços múltiplos, mais especificamente com o foco da profissão no hospital e, principalmente, nas enfermarias destes espaços hospitalares.

Logo, o objetivo geral deste estudo foi, portanto, evidenciar quantitativamente, a existência do ambiente hospitalar como um espaço de atenção profissional para o pedagogo que se situa em espaços não escolares. Todavia, para melhor entendimento do objetivo geral, apresentem-se os seguintes objetivos específicos: a) estimar, quantitativamente, o número de pedagogos e profissionais de educação que estão trabalhando em hospitais; b) analisar a classificação, sob a qual, estes profissionais estão enquadrados pelo DATASUS e pelo Ministério do Trabalho.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

5.1 TIPO DE ABORDAGEM DA PESQUISA

Por sua metodologia de pesquisa, o presente trabalho é uma Análise Documental (registros de bancos de dados informatizados), sendo ainda uma pesquisa de caráter investigativo quantitativa, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados e observação sistemática, que visam descrever o levantamento de uma determinada população, os pedagogos e os profissionais de educação, que atuam em classes hospitalares.

Conforme Gil (1999) o método de Pesquisa Documental vale-se de documentos originais, ou seja, documentos primários que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Trata-se do momento de autoria em que um novo conhecimento é produzido. Assim, esta pesquisa não se confunde com a bibliográfica.

Ainda no pensamento de Gil (2002) a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica; a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-eleborados de acordo com os objetos de pesquisa.

Para Gil (2002) o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo, por material impresso localizado nas bibliotecas e internet, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

De acordo com Gil (2002) há de um lado, os documentos de “primeira mão”, que ainda não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os

documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, etc. De outro lado, há os documentos de “segunda mão”, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa e de empresas, tabelas estatísticas, etc.

A série dos exemplos de coletas de dados, que podem servir como pesquisa documental, é bastante diversificada:

- Documentos institucionais conservados em arquivos;
- Documentos institucionais de uso restrito;
- Documentos pessoais, como cartas e e-mails;
- Notas fiscais, faturas e livros contábeis;
- Fotografias, vídeos, gravações;
- Leis, projetos, regulamentos, registros de cartório e de bancos de dados informatizados;
- Catálogos, listas, convites, peças de comunicação;
- Instrumentos de comunicação institucionais.

Mas para Gil (2002) nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, sendo mais importante é reconhecer que a bibliográfica é um procedimento de estudo com o qual o pesquisador reforça a sua fundamentação teórica. A rigor, não se trata de uma pesquisa, pois não há produção de conhecimento novo. Já a pesquisa documental possui há uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Outra vantagem está no custo, porque exige apenas a capacidade do pesquisador e a disponibilidade do tempo e não exige contato com os sujeitos da pesquisa.

É claro que a pesquisa documental também apresenta limitações. Gil (2002) afirma que as críticas mais freqüentes a esse tipo de pesquisa referem-se à não representatividade e à subjetividade dos documentos. São críticas sérias; todavia, o pesquisador experiente tem condições para, ao menos em parte, contornar essas dificuldades. Para garantir a representatividade, alguns pesquisadores consideram

um grande número de documentos e selecionam certo número pelo critério de aleatoriedade.

Gil (2002) fala que o problema da subjetividade é mais crítico; contudo, esse aspecto é mais ou menos presente em toda investigação social. Por isso é importante que o pesquisador considere as mais diversas implicações relativas aos documentos antes de formular uma conclusão definitiva.

Ainda em relação a esse problema, segundo Gil (2002), convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por meio de outros.

5.2 LOCAL

A pesquisa foi realizada na plataforma virtual on-line do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), onde foi verificada e quantificada a presença de pedagogos e professores trabalhando em hospitais.

5.3 FONTES

A fonte de pesquisa foi de caráter primário, pois foram materiais que ainda não tinham recebido nenhum tratamento analítico.

O Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) foi estabelecido pela Portaria MS/SAS 376, de 03 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2000. Após acordo na Comissão Intergestores Tripartite a PT 376 permaneceu em consulta pública até dezembro de 2000. Com a incorporação das sugestões recebidas dos gestores estaduais e municipais do SUS e da sociedade em geral, editou-se em 29/12/2000 a PT/SAS

511/2000 que passa a normatizar o processo de cadastramento em todo Território Nacional.

O Sistema de informações de saúde, como dados cadastrais, é constituído como um dos pontos principais para a elaboração da programação, avaliação e controle da assistência hospitalar e ambulatorial no país. Assim como a afirmação da correspondência entre a capacidade operacional das entidades ligadas ao SUS e o pagamento pelos serviços dados.

O cadastro abrange o conhecimento dos Estabelecimentos de Saúde nas circunstâncias de Área Física, Recursos Humanos, Equipamentos e Serviços Ambulatoriais e Hospitalares. É base para o Cartão Nacional de Saúde dos profissionais que executam ações e ou serviços de Saúde pelo SUS no país.

O CNES compreende a totalidade dos Hospitais existentes no país, assim como a totalidade dos estabelecimentos ambulatoriais ligados ao SUS e, ainda, os Estabelecimentos de Saúde ambulatoriais não ligados ao SUS.

5.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Não sendo possível abarcar o universo de mais de 6.000 hospitais existentes no Brasil, optou-se por recortar uma amostra que comportasse os hospitais de algumas das principais cidades brasileiras. Foram eleitas, assim, dez cidades, a saber:

- Salvador;
- Curitiba;
- Rio de Janeiro;
- Porto Alegre;
- Uberlândia;
- Brasília;
- Rio Branco;
- Belém;
- Fortaleza;
- Cuiabá.

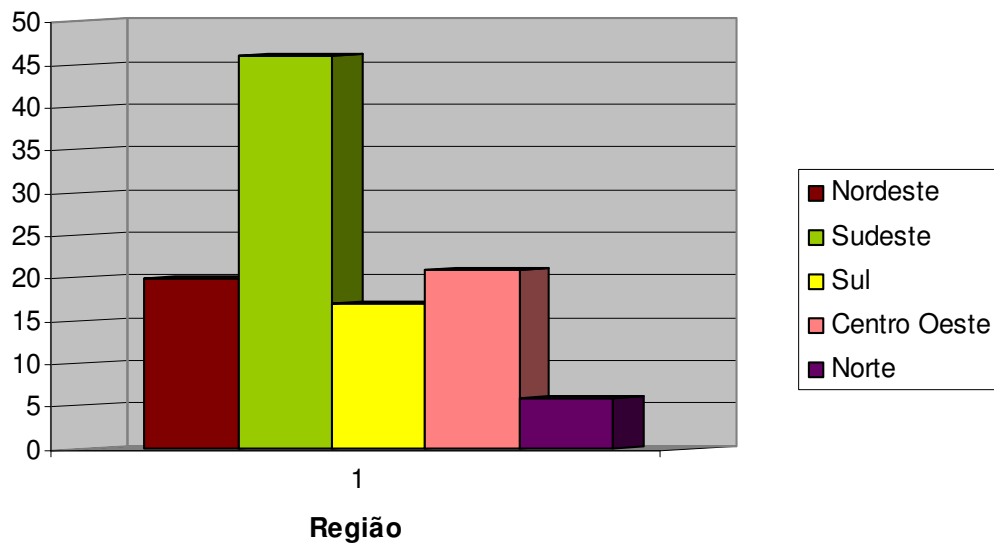
Estas cidades foram escolhidas em razão de se enquadrarem em alguns dos seguintes critérios:

1) possuem um número expressivo de escolas hospitalares (verificado a partir de estudo de Fonseca (2008), ou

2) possuem hospitais universitários (em razão da expectativa de que estes hospitais tenham fomentado a existência de classes hospitalares).

Gráfico 1

Hospitais com Escolas no Brasil (localização)



Fonte: Adaptado de FONSECA (2008).

Figura 01: Hospitais com escolas no Brasil por região 2008.

Segundo a pesquisa de Fonseca (2008), foram encontrados na região sudeste 46 hospitais com escola. Em seguida vem a região centro-oeste com 21 hospitais, depois vem a região nordeste com um contingente de 20 hospitais que

contém classe hospitalar, vindo em seqüência, a região sul com 17 e o norte com seis.

5.5 INSTRUMENTOS

O instrumento utilizado foi a busca por varredura, a partir das entradas que classificam as páginas do banco de dados do CNES. Esses instrumentos facilitaram à aquisição de informação, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho.

5.6 PROCEDIMENTOS

A pesquisa foi desenvolvida pela página do CNES em que foi selecionada a barra **Relatório** e em seqüência **Especialidades Profissionais (CBO)**. Em seguida foi aberta a página de **Consultas Profissionais (CBO)** em que foi selecionado o **Estado** e o **Município**.

Uma vez selecionada essas opções foi verificado, página por página, o(s) profissional(ais) de pedagogia e de educação, num sentido ampliado, atuante(s) em cada instituição.

A coleta de dados foi realizada desde o mês de março de 2009, após o início do semestre, até 18 de junho. Esse atraso se deu devido às dificuldades encontradas no acesso, on-line, as páginas do CNES. Pois muitas vezes ou o site se encontrou lento, impossibilitando os acessos aos cadastros, ou a página indicava que estavam sendo realizadas atualizações.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa, como já foi mencionada, utilizou o critério de incluir dez grandes cidades do Brasil, duas cidades por região, para uma maior abrangência do país. A chave de entrada das pesquisas realizadas, através do DATASUS, foram os municípios.

A procura pelos professores de diferentes títulos possíveis se deu para essas categorias porque foi assim que a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do MTE (Ministério de Trabalho e Emprego) categorizou os modos possíveis de denominar a profissão. Por isso, muitas vezes, nos hospitais os pedagogos também são classificados como professores ou pedagogos especializados em alguma deficiência.

Assim, foram estas as categorias procuradas:

- Pedagogo;
- Pedagogo especializado em Deficiência Mental;
- Pedagogo especializado em Deficiência Física;
- Psicopedagogo em Educação Especial de Cegos;
- Prof. de nível médio no Ensino Fundamental;
- Prof. de matemática no Ensino Médio;
- Prof. de Física com Ensino Superior;
- Prof. de nível superior na Educação Infantil;
- Prof. de Disciplinas Pedagógicas no Ensino Médio;
- Prof. de educação física no Ensino Fundamental;
- Prof. de educação física no Ensino Médio;
- Prof. de educação física no Ensino Superior;
- Recreador;
- Prof. prático no Ensino Profissionalizante.

6.1 SALVADOR

Ao analisar a tabela 01, constatou-se que não há pedagogo, assim simplesmente denominado, em nenhuma das unidades hospitalares. É na área de pedagogo especializado em D. M. que se encontra o maior contingente destes profissionais. De 14 educadores que se encontram trabalhando em hospitais, na região de Salvador, 50% são pedagogos especializados em D.M. enquanto que 28,6% são professores de educação física no Ensino Superior. A maioria, dos profissionais, se encontra no Hospital SARAÍ.

Tabela 01: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Salvador 2009.

Profissões	Hospitais				Total
	Hosp. SARAÍ	Hosp. St° Antônio	Sanatório São Paulo	Complexo Hupes/CPPHO	
Pedagogo	0	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	6	1	0	0	7
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	0	0	0
Prof° nível médio no E.F.	0	0	0	0	0
Prof° nível Sup. na E.I.	0	0	0	0	0
Prof° de mat. E.M.	0	0	0	0	0
Prof° de física E.S.	0	0	0	0	0
Prof° de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0	0
Prof° de educ. física no E.F.	0	0	0	0	0
Prof° de educ. física no E.M.	0	1	0	0	1
Prof° de educ. física no E.S.	4	0	0	0	4
Recreador	0	0	2	0	2
Prof° prático no En. profissionalizante	0	0	0	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.2 CURITIBA

Observando os dados referentes a tabela 02, pode-se verificar que há poucos pedagogos e professores licenciados atuando em hospitais na cidade de Curitiba. De três profissionais encontrados, trabalhando em unidades hospitalares nesta cidade, dois são pedagogos especializados em D.M enquanto que apenas um é professor de educação física no Ensino Médio. Nesta região também não foi encontrado nenhum pedagogo, assim simplesmente denominado, atuando em hospitais.

Tabela 02: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Curitiba 2009.

Profissões	Hospitais				Total
	Hosp. de clínicas do Paraná	Hosp. Inf. Pequeno Príncipe	Assoc. Hospit. Vila Nova	Hosp. de Psiqu. Bom Retiro	
Pedagogo	0	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	1	0	0	2
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	0	0	0
Profº nível médio no E.F.	0	0	0	0	0
Profº nível Sup. na E.I.	0	0	0	0	0
Profº de mat. E.M.	0	0	0	0	0
Profº de física E.S.	0	0	0	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.M.	0	0	0	1	1
Profº de educ. física no E.S.	0	0	0	0	0
Recreador	0	0	0	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0	0	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.3 RIO DE JANEIRO

Verificando a tabela 03 pode-se ler que, foi encontrado o mesmo percentual de psicopedagogos e recreadores trabalhando em hospitais no Rio de Janeiro, taxa esta de 37,5% enquanto que pedagogos da área de D. M. foram de 25,0%. Todos os psicopedagogos atuam no hospital Ação Cristã Vicente Moretti. Pode-se concluir que não é tão significativa a atuação de pedagogos especializados em Deficiência Mental nesta região.

Tabela 03: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, no Rio de Janeiro 2009.

Profissões	Hospitais					Total
	UFRJ Hosp. Escola São Francisco de Assis	SMSDC Rio Inst. Municipal Philippe Pinel	Ação Cristã Vicente Moretti	UERJ HUPE Hosp. Universit. Pedro Ernesto	Clínica da Gávea	
Pedagogo	0	0	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	1	0	0	0	2
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	0	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	3	0	0	3
Profº nível médio no E.F.	0	0	0	0	0	0
Profº nível Sup. na E.I.	0	0	0	0	0	0
Profº de mat. E.M.	0	0	0	0	0	0
Profº de física E.S.	0	0	0	0	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	0	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.M.	0	0	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.S.	0	0	0	0	0	0
Recreador	0	0	0	2	1	3
Profº prático no En. profissionalizante	0	0	0	0	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.4 PORTO ALEGRE

Com relação a tabela 04, a situação dos pedagogos especializados em Deficiência Mental é um contingente consideravelmente alto. Totalizando um total de doze pedagogos. Uma quantidade bem maior em relação aos demais profissionais. Em seqüência vem o profº de educação física no Ensino Fundamental com quatro profissionais. Verifica-se que são 63,2% pedagogos especializados em D.M. enquanto que 21,1% são professores de educação física no E.F.

Tabela 04: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Porto Alegre 2009.

Profissões	Hospitais									Total
	Irmand. Sta Casa de Misericórdia	Hosp. Psiqu. São Pedro	Assoc. Hospit. Vila Nova	H.de Clínc. de Porto Alegre	H. Mater. Inf. Presid. Vargas	H. de Pront. Socorro	H. NS ^a . da Con- ceição	H. Mãe de Deus	Unid. Saú- de S. Car- los	
Pedagogo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	3	1	1	4	1	1	1	0	0	12
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº nível médio no E.F.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº nível Sup. na E.I.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº de mat. E.M.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº de física E.S.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Profº de educ. física no E.M.	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Profº de educ. física no E.S.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recreador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.5 UBERLÂNDIA

A tabela 05 revela que, há três profissionais exercendo suas atividades em hospitais nas classes hospitalares. Há dois pedagogos que são da área de D. M. e apenas um professor de física com Ensino Superior. Pode-se perceber que há um número bastante baixo de pedagogos e educadores atuando nesta região. Mesmo com a importância e a legitimidade da classe hospitalar.

Tabela 05: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Uberlândia 2009.

Profissões	Hospital	
	Hospital de Clínicas de Uberlândia	Total
Pedagogo	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	2	2
Pedag. Espec. em D.F.	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0
Profº nível médio no E.F.	0	0
Profº nível Sup. na E.I.	0	0
Profº de mat. E.M.	0	0
Profº de física E.S.	1	1
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	0
Profº de educ. física no E.M.	0	0
Profº de educ. física no E.S.	0	0
Recreador	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.6 BRASÍLIA

Os dados da tabela 06 revelam que, de 44 profissionais que estão trabalhando nas unidades hospitalares desta região, 40,9% são professores de educação física do E. M.. Em seguida vem os psicopedagogos em Educação Especial de Cegos com uma taxa de 22,7% enquanto que pedagogos especializados em Deficiência Mental foram de 4,5%. Um contingente consideravelmente baixo em relação a quantidade de profissionais que estão atuando nesses hospitais.

Tabela 06: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Brasília 2009.

Profissões	Hospitais			Total
	Hospital Regional da Asa Norte	SARAH Brasília	Hospital Universitário de Brasília	
Pedagogo	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	1	0	2
Pedag. Espec. em D.F.	0	3	0	3
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	10	0	10
Profº nível médio no E.F.	0	4	0	4
Profº nível Sup. na E.I.	0	0	0	0
Profº de mat. E.M.	1	0	0	1
Profº de física E.S.	0	0	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	6	0	6
Profº de educ. física no E.F.	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.M.	0	18	0	18
Profº de educ. física no E.S.	0	0	0	0
Recreador	0	0	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.7 RIO BRANCO

A tabela 07 apresenta que, o número de profissionais que atuam nos hospitais desta capital aparece muito aquém do desejado para atender aos pacientes-alunos da classe hospitalar. Existe apenas um pedagogo especializado em D. M. e um psicopedagogo em Educação Especial de Cegos nas classes hospitalares.

Tabela 07: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Rio Branco 2009

Profissões	Hospitais		Total
	Hosp. Geral de Clinicas de Rio Branco	Hosp. Sta Juliana	
Pedagogo	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	0	1
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	1	1
Profº nível médio no E.F.	0	0	0
Profº nível Sup. na E.I.	0	0	0
Profº de mat. E.M.	0	0	0
Profº de física E.S.	0	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	0	0
Profº de educ. física no E.M.	0	0	0
Profº de educ. física no E.S.	0	0	0
Recreador	0	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.8 BELÉM

Os dados da tabela 08 indicam que, de sete profissionais que atuam em unidades hospitalares desta capital, 42,9% são pedagogos especializados em D. M. enquanto que pedagogo em Deficiência Física chega a 28,5%. Já o professor de educação física no Ensino Superior e o professor prático no Ensino Profissionalizante têm a mesma representatividade de 14,3%.

Tabela 08: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Belém 2009.

Profissões	Hospitais					Total
	Hosp. Dos Servidores do Estado	Maternidade do Povo	Hosp. Ophyr Loyola	SARAH Pará	Hosp. De Clínicas Gaspar Viana	
Pedagogo	0	0	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	1	1	0	0	3
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	1	1	2
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	0	0	0	0
Prof° nível médio no E.F.	0	0	0	0	0	0
Prof° nível Sup. na E.I.	0	0	0	0	0	0
Prof° de mat. E.M.	0	0	0	0	0	0
Prof° de física E.S.	0	0	0	0	0	0
Prof° de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0	0	0
Prof° de educ. física no E.F.	0	0	0	0	0	0
Prof° de educ. física no E.M.	0	0	0	0	0	0
Prof° de educ. física no E.S.	0	0	0	1	0	1
Recreador	0	0	0	0	0	0
Prof° prático no En. profissionalizante	0	0	0	0	1	1

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.9 FORTALEZA

Ao verificar os dados da tabela 09 constata-se que, de dez educadores encontrados nesta região, 30% estão na área de pedagogo especializado em Deficiência Mental enquanto que professor de nível médio no Ensino Fundamental e professor de nível superior na Educação Infantil têm uma taxa de 20%. A maioria, destes profissionais, encontra-se no hospital SARAH Fortaleza.

Tabela 09: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Fortaleza 2009.

Profissões	Hospitais			Total
	Hosp. Distrital Gonzaga Mota José Walter	HUWC Hosp. Universit. Walter Cantidio	SARAH Fortaleza	
Pedagogo	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	1	1	3
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	0	0
Profº nível médio no E.F.	0	0	2	2
Profº nível Sup. na E.I.	0	0	2	2
Profº de mat. E.M.	0	0	0	0
Profº de física E.S.	0	0	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	0	1	1
Profº de educ. física no E.M.	0	0	1	1
Profº de educ. física no E.S.	0	0	1	1
Recreador	0	0	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.10 CUIABÁ

A tabela 10 mostra que, o número de pedagogos e professores licenciados está muito aquém do desejado. Foi encontrado apenas um pedagogo especializado em Deficiência Mental em apenas um hospital na capital.

Tabela 10: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, nos hospitais, em Cuiabá 2009.

Profissões	Hospital	
	Hospital Júlio Müller	Total
Pedagogo	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	1	1
Pedag. Espec. em D.F.	0	0
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0
Profº nível médio no E.F.	0	0
Profº nível Sup. na E.I.	0	0
Profº de mat. E.M.	0	0
Profº de física E.S.	0	0
Profº de discipl. Pedag. no E.M.	0	0
Profº de educ. física no E.F.	0	0
Profº de educ. física no E.M.	0	0
Profº de educ. física no E.S.	0	0
Recreador	0	0
Profº prático no En. profissionalizante	0	0

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.11 DISTRIBUIÇÃO DE PEDAGOGOS E PROFESSORES LICENCIADOS POR CIDADES

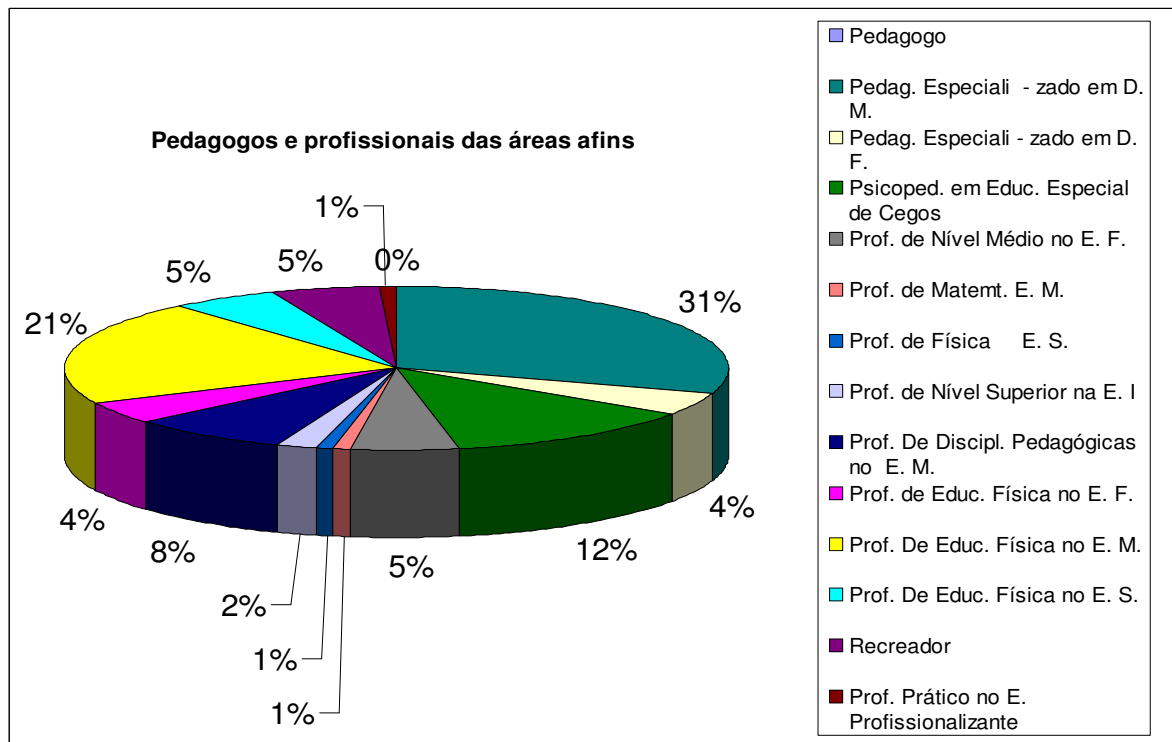
Observa-se na tabela 11 que, uma característica marcante existente, nos hospitais, é o predomínio do contingente de pedagogos especializado em D.M. sobre as demais profissões. Existem 30,7% destes profissionais para 20,8% de professores de educação física no E.M. Porto Alegre é a Capital que mais aparece pedagogo na área de D.M. seguido de Salvador. Já Brasília é a capital que contém mais educadores exercendo suas funções, em hospitais, nas classes hospitalares. E Cuiabá é a capital que tem o menor contingente de educadores atuando em hospitais.

Tabela 11: Distribuição de pedagogos e professores licenciados, em hospitais, no Brasil 2009.

Profissões	Cidades										Total
	Salva- dor	Curiti- ba	Rio de Janei- ro	Porto Ale- gre	Uber- lândia	Brasí- lia	Rio Bran- co	Be- lém	Forta- leza	Cuia- bá	
Pedagogo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedag. Espec. em D.M.	7	2	2	12	2	2	1	3	3	1	35
Pedag. Espec. em D.F.	0	0	0	0	0	3	0	2	0	0	5
Psicop. em Educ. Especial de cegos.	0	0	3	0	0	10	1	0	0	0	14
Prof° nível médio no E.F.	0	0	0	0	0	4	0	0	2	0	6
Prof° nível Sup. na E.I.	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Prof° de mat. E.M.	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Prof° de física E.S.	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Prof° de discipl. Pedag. no E.M.	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9
Prof° de educ. física no E.F.	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	5
Prof° de educ. física no E.M.	1	1	0	2	0	18	0	0	1	0	23
Prof° de educ. física no E.S.	4	0	0	0	0	0	0	0	1	1	6
Recreador	2	0	3	1	0	0	0	0	0	0	6
Prof° prático no En. profissionalizante	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total	14	3	8	19	3	47	2	7	10	1	114

Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

6.12 ÍNDICE DE PEDAGOGOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL



Fonte: CNES/DATASUS, 2009.

Figura 02: Taxa (%) de pedagogos e profissionais das áreas afins em dez grandes cidades do Brasil.

O gráfico mostra a distribuição dos pedagogos e professores da área de educação de dez capitais do Brasil. Os maiores índices estão relacionados com os pedagogos especializados em Deficiência Mental que responde em 31%. Professores de educação física no E. M. é a segunda tipologia com importância, com 21% dos casos. E psicopedagogos em Educação Especial de Cegos chegam a 12%. Nota-se, também, que nenhum pedagogo, pura e simplesmente denominado, foi encontrado diante da pesquisa realizada.

O que se pode notar é que, através dos resultados obtidos, ainda há um espaço muito restrito nesse mercado de trabalho em relação aos pedagogos. Mesmo tendo achado evidências da existência de que há classe hospitalar nestas instituições. De dez capitais investigados não foram encontrados nenhum pedagogo,

desta forma clássica e originalmente denominada. Apenas se encontraram pedagogos especializados em deficiência mental ou sensorial e, professores licenciados, segundo o CNES.

É necessário que a CBO se amplie. Tem que fazer constar pedagogos e ou professores que não estejam necessariamente referidos a alguma deficiência. Outra coisa é em relação ao DATASUS, pois este tem que se atualizar quando enquadrar os profissionais nas instituições. Porque os enquadram de maneira equivocada e sem cuidado.

A sociedade, em geral, ainda enxerga o pedagogo introduzido apenas no sistema escolar formal. Como já vimos o pedagogo não está somente apto a realizar a função no sistema educacional formal, mas em quaisquer outros âmbitos educativos não escolares (consultores, técnicos, orientadores que estão em atividades pedagógicas empresariais, órgãos públicos, movimentos sociais, formação profissional, recursos humanos etc.). Pois tornar diverso o campo de atuação do pedagogo significa valorizar o seu papel na sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais resultados desta pesquisa, constatou-se que o espaço que os pedagogos vêm tendo pra desempenhar suas funções nos hospitais é muito restrito, havendo uma demanda reprimida pelos seus serviços, sendo que a muitas crianças hospitalizadas podem ser dirigidas atividades pedagógicas, e não apenas a pessoas com algum tipo de deficiência.

Demais, para se atuar no setor de Recursos Humanos não é necessário ser especialista em alguma deficiência. O pedagogo, quando entra em um hospital, é aquele que á capaz de indicar os problemas que causam dificuldades nos mais diversos processos de aprendizagem. Este profissional tem o propósito de selecionar, gerir, solucionar e direcionar os empregados ou colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa. Sendo assim, apresentam-se duas hipóteses:

- I. Ou esta relativa falta de mobilidade profissional do pedagogo, nomeadamente nos hospitais, está acontecendo devido a uma questão relacionada à falta de regulamentação da profissão, dado que uma profissão que não é regulamentada, não é fiscalizada, implicando em desprivilégios e desprestígios sejam na forma de credencialismo educacional, de reserva de mercado ou de direito exclusivo de propriedade sobre campos de prática – concedidos pelo Estado a partir do reconhecimento da utilidade pública de dada atividade;
- II. Ou é que o Ministério do Trabalho e Emprego, órgão que classifica as ocupações brasileiras, classifica as ocupações do pedagogo de maneira muito restrita. Classifica de uma maneira tal, em que, não concebe que o professor que está no hospital pode não está necessariamente ligado a alguma deficiência.

Quanto à primeira hipótese, conclui-se que, com efeito, as ocupações regulamentadas têm relativamente seus mercados "fechados": os preços e a oferta

de seus serviços são determinados por instituições extra-mercado como, entre outras, as universidades e corporações profissionais que provêem a formação, verificam as credenciais educacionais, registram e dão validade aos títulos profissionais imprescindíveis ao exercício. Frise-se ainda que, de um modo geral, uma ocupação ou atividade regulamentada se resguarda a partir de organizações e instituições sociais distintivas existentes, como na legislação de vantagem de prática, na associação colegiada, na credibilidade e reconhecimento da sua qualidade útil social, nos mecanismos de formação e treinamento nas atividades exclusivas, nos códigos de ética etc., o que as tornam diferentes do trabalho comum nos mercados de trabalho.

Segundo o substitutivo ao Projeto de Lei 4746/98, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que regulamenta a profissão de pedagogo, este profissional é alguém formado em pedagogia ou, ainda, formado em outras áreas, mas com uma pós-graduação em pedagogia, o que já é um dos avanços no âmbito do mercado de trabalho.

De acordo com o substitutivo da Lei 4746/98, é de caráter do pedagogo, o desempenho de determinadas funções:

[...] elaboração, planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento, supervisão e avaliação de estudos, planos, programas e projetos relacionados aos processos educativos escolares e não-escolares, à gestão educacional no âmbito dos sistemas de ensino e de empresas de qualquer setor econômico, e à formulação de políticas públicas na área de educação; desempenho, nos sistemas de ensino, das funções de suporte pedagógico à docência, como administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; ensino de disciplinas pedagógicas e afins nos cursos de formação de professores; desenvolvimento de novas tecnologias educacionais nas diversas áreas do conhecimento; e recrutamento e seleção, e elaboração de programas de treinamento e projetos técnico-educacionais em instituições de diversas naturezas." (REGULAMENTAÇÃO - Substitutivo da Lei 4746/98, 2005, p.1).

Mencione-se que se torna obrigatório a inserção de um pedagogo nas equipes governamentais que são incumbidas da elaboração e execução de planos, estudos, projetos e programas educacionais. Contudo, lendo o Projeto com atenção, dá-se a impressão de que os autores não tomaram conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Pedagogia. Não fica claro como a função

de docência da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental permanecem regulamentadas. Dá-se a sensação de que apenas uma etapa da Educação Básica está regulamentada e as outras “desregulamentadas”.

O art. 2º aborda que, as Diretrizes Curriculares se destinam à formação inicial do cargo de docência na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio (na Modalidade Normal) e, em cursos de Ensino Profissional. Como na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam. Já no art. 4º é contemplada a questão da Licenciatura em Pedagogia para exercer funções do magistério na E. I., nos anos iniciais do E. F., nos Cursos de Ensino Médio (na Modalidade Normal) e, em cursos de Ensino Profissional. Os arts. 6º (I, g), art. 7º (II), art. 8º (IV, a), art. 9º e art. 12 também comentam sobre essa questão.

Pode se presumir que esse Projeto se isentou de criar um Conselho Profissional, sob o seguinte pretexto:

[...] a profissão de pedagogo já é devidamente regulamentada e fiscalizada no bojo da legislação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.304, de 1996) trata da matéria em seus artigos 3º; 12 – 15; 64; 67, parágrafo único; e 48, destacando a importância da pedagogia e o papel do profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aborda adequadamente as necessidades de formação, as competências e as responsabilidades dos portadores de diploma de pedagogia para o exercício de suas atividades profissionais no âmbito da educação. (COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, 1998, p. 3).

Sob essa alegação, pois, os profissionais de Pedagogia ainda não têm um Conselho Federal próprio.

Quanto à segunda hipótese, conclui-se que, para o Ministério do Trabalho e Emprego - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - (2002) é de ordem do professor de Educação Especial (2392) as seguintes Categorias das Áreas de Atividades:

- A. Atuar no processo de Ensino-aprendizagem;
- B. Avaliar as necessidades educacionais dos alunos;

- C. Preparar materiais pedagógicos e recursos específicos;
- D. Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- E. Participar do desenvolvimento de diferentes programas de atendimento educacional (nesse item consta como subitem de atividades, “14. *Realizar atividades pedagógicas e culturais em hospitais*”);
- F. Pesquisar sobre temas de interesse da área;
- G. Participar de atividades pedagógico-administrativas;
- H. Divulgar conhecimento da área e;
- I. Formar profissionais para atuação na área (nesse item consta como subitem de atividades, “6. Preparar profissionais para atuação educacional em hospitais”).

O se deve, em tempo alertar aqui, é o fato de que não há, na categorização que classifica os professores de Educação Especial (2392), nenhuma denominação para aqueles professores que trabalham em hospitais. Uma vez que o Ministério da Educação reconhece oficialmente uma sub-modalidade de atenção educativa especial que denominou de “Classe hospitalar” ou “Escola Hospitalar”. Talvez coubesse ao Ministério do Trabalho, ao proceder à próxima revisão da CBO, fazer constar uma categoria específica, cujo título fosse “Professor de alunos hospitalizados”.

Pois, muito embora, ao se especifica as “Áreas de Atividades” esperadas para os professores da Educação Especial, os itens “E” e “I” contemplem a possibilidade de “Realizar atividades pedagógicas e culturais em hospitais” e “Preparar profissionais para a atuação educacional em hospitais” eles assim o fazem a partir do presumido pertencimento dos alunos hospitalizados a alguma das condições de deficiência enumeradas nos títulos em que se classificam os professores de alunos: com deficiência auditiva, com deficiência física, mental etc.

No entanto, os alunos hospitalizados para os quais correntemente se dirigem atividades pedagógicas em hospitais, não são portadores de deficiências (salvo muito raras exceções). Em sua ampla maioria, são crianças e adolescentes portadoras de doenças crônicas: como a fibrose cística, a asma, a anemia

falciforme, ou simplesmente, crianças e adolescentes em idade escolar sob manifestação aguda de doenças como o câncer ou de um trauma episódico (um politraumatismo, uma pneumonia).

Dessa maneira, há que se designar através de um código e título específico a categoria de professores que, em hospitais, atenda alunos hospitalizados.

Considere-se, ainda, que nenhum dos outros códigos e ocupações do CBO (2002), destinados a classificar professores amplamente, existe a possibilidade de enquadramento desse tipo de trabalho educacional.

Há de ressaltar, por fim, que esta modalidade de trabalho de professores em hospitais não apenas conta com o reconhecimento formal do MEC (Resolução CNE/CEB. Parecer nº 17/2001 de 03 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001) como tem representado a ocupação efetiva, por parte de professores, de vários postos de trabalho em hospitais em todo Brasil.

Tornar amplo o campo de atuação do pedagogo significa aumentar o valor do seu papel na sociedade, visto que se sabe ainda existe, de certa forma, uma desvalorização desse profissional. A sociedade ainda enxerga o pedagogo implantado somente nos espaços educacionais formais. Essa idéia ainda está arraigada na concepção das pessoas e precisa ser mudada. O pedagogo segue necessitando ter o seu espaço reservado também em outras áreas do mercado de trabalho, como é o caso, em especial, dos hospitais.

Por fim, gostaria de falar que os achados e conclusões alcançadas, até aqui, não devem deixar uma impressão de fim. Espero que sirva de porta para novas pistas a serem percorridas; inovando, criticando, (re) construindo...

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P.; SILVA, M. T. P. **Formação e prática pedagógica em classes hospitalares**: respeitando a cidadania de crianças e jovens enfermos. Disponível em: <<http://www.malhatlantica.pt/ecae-cm/daniela.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

BOLDRIN, L. C. F. **Pedagogia empresarial**: que conhecimento e espaço são estes? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

BOMFIN, David. Novos Rumos do Ensino: se você acredita que as escolas são o único e provável destino dos profissionais formados em Pedagogia, então, está na hora de abrir os olhos. **UFMG Diversa**: Revista da Universidade de Minas Gerais, ano 3, n° 7, edição vestibular, jul. de 2005.

BRASIL. Lei n° 9.424, de 24 de dezembro de 1996. FUNDEF. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/pdf/lei9424m.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2009.

_____. Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde. **CNESNet**: Secretaria de Atenção a Saúde DATASUS. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/Index.asp?Configuracao=1280&bro=Microsoft%20Internet%20Explorer>>. Acesso em: 9 mar. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO. Disponível em: <<http://200.220.44.60/busca/gac.asp?codigo=2392>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

CAIADO, Kátia R. M. O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar: um espaço em construção. In **EDUCAÇÃO especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **Uma visão holística da educação**. São Paulo: Summus, 1995.

CAVAGNARI, L. B. **Atividade Integrada**. Palestra proferida em junho de 2003 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE PEDAGOGIA. Proposta de diretrizes curriculares para o curso de pedagogia. Brasília: MEC/SESu, 1999. (Mimeo.)

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO. Projeto de lei n° 4.746, de 1998. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/617746.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB N° 2, 11 de set. de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação**

Básica. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/leis/CNE.PDF>>. Acesso em: 1 maio 2009.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução 41/95. **Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/conanda.htm>>. Acesso em: 1 maio 2009.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFBA. **Currículo Ingressantes 1999.2 a 2008.2.** Disponível em: <http://www2.faced.ufba.br/graduacao/pedagogia/subitens/graduacao/pedagogia/subitens/curriculos/curriculo_1999_2_2008_2#07>. Acesso em: 01 abr. 2009.

FONSECA, E. S. da. **Atendimento pedagógico-educacional para crianças e jovens hospitalizados: realidade nacional.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999e.

_____. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** São Paulo: Memnon, 100 p., 2003.

_____. Escolas em hospitais no Brasil. 10º Jornada Chilena sobre Pedagogia Hospitalaria y el Derecho a la Educación del Niño Hospitalizado. Ago. 2008.

Fundación Carolina Labra Riquelme. Disponível em: <http://www.fundacioncarolinalabra.cl/j_anteriores.php?ano=2008>. Acessado em: 10 de junho de 2009.

FONSECA, E.; CECCIM, R. Atendimento pedagógico educacional hospitalar: promoção do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança hospitalizada. **Revista Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 7, n. 42, p. 24-36, fev.1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, J. D.; DE PAULA, E. M. A.; MARCON, A. O significado da prática pedagógica no contexto hospitalar. **Revista Olhar de Professor**, n. 4. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

GONÇALVES, Adriana Garcia. **Poesia na classe hospitalar: texto e contexto de crianças e adolescentes hospitalizados.** Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Marília/PR, 2001.

GORAYEB, Renata Pânico. **Intervenção psicológica realizada em crianças submetidas a cirurgias eletivas e suas mães.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, 2002.

LAUDARES, J. B.; QUIRINO, Raquel. **O Pedagogo do Trabalho: Perfil Profissional e Saberes Necessários para a Atuação.** Educação & Tecnologia, v. 15, p. 5/4-8, 2006.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.unifesp.br/reitoria/reforma/ldb.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARINHO, J. A.; CAMARGO, N. L. **Gestão do conhecimento: o papel do pedagogo nas organizações empresariais.** Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, [S. l.], ano VI, nº 11, periódicos semestral, jan. 2008. Disponível em: www.editorafaef.com.br. Acesso em: 30 de abr. 2009.

MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar.** Curitiba: Champagnat, 2001.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Pedagogia hospitalar: uma possibilidade a mais.** 2004. Disponível em: <http://www.facinter.br/revista/numero15/index.php?page=artigosdeopiniao>. Acesso em: 01 setembro 2007.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acessado em: 28 maio 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação - Parecer CNE/CEB 17/2001 - Homologado. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** 03 de julho de 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2009.

MUGGIATI, M. M. T. F. Crianças hospitalizadas podem continuar estudos. **Folha de Londrina**, Londrina, p.8, 22 abr. 1988.

RAMAL, Andrea Cecilia. **Pedagogo: a profissão do momento.** Rio de Janeiro: Gazeta Mercantil, 6 de mar. de 2002.

REGULAMENTAÇÃO. Trabalho aprova regulamentação da profissão do pedagogo - Lei nº 4.746/98. **Câmara dos Deputados**, 3 de ago. de 2005. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=129726>. Acesso em: 10 de abril de 2009.

TEGON, Cezar Antônio. Sistema de Informação de Recursos Humanos no Brasil. **RH Portal.** Agosto de 2007. Disponível em:

http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=n66qvpc8n. Acesso em: 29 maio 2009.

VASCONCELOS, Sandra Maria Farias. **Classe Hospitalar no Mundo: Um desafio à infância em sofrimento**. Universidade Estadual do Ceará. 2006. Disponível em: <http://www.reacao.com.br>. Acesso em: 01 set. 2007.

VOLPI, Daniela; VOLPI, Juliana; RAUSCH, Rita B. A Pedagogia frente a novos contextos e desafios. **Atos de pesquisa em educação: PPGE/ME - FURB**, v. 2, nº 1, p. 145-160, jan./abr. 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CERELEPE. Centro de Estudos sobre Recreação, Escolarização e Lazer em Enfermarias Pediátricas. **UFBA: FAGED**. Disponível em: http://www.cerelepe.faced.ufba.br/index_pt.php. Acesso em: 03 jan. 2009.

BOMFIN, David Ferreira. **Pedagogia no Treinamento: correntes pedagógicas no ambiente de aprendizagem nas organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2.ed., 2004.

ANEXO A - FONSECA, Eneida Simões da. Escolas em Hospitais no Brasil. Ago. de 2008.

